

Comente o seguinte texto-fonte

Maria Teresa Brocardo

Abstract:

In this short paper I focus on linguistic commentaries of ancient Portuguese texts (Castro 1991; 2006) and I try to show that this type of activity may constitute a useful and relevant method to inspire the discussion of language change topics. I comment on variants between the two remnant testimonies of *Testamento de Afonso II* (1214) (the most ancient royal text written in Portuguese) to illustrate the discussion.

Na bibliografia de história da língua portuguesa encontramos alguns comentários linguísticos de textos-fonte, de que são exemplos os ‘comentários de textos’ incluídos em manuais de Castro (1991, 2006) e também um trabalho de Ana Maria Martins (Martins 1986), que, apesar de corresponder a um estudo de fôlego, se assume (apenas) como *Elementos [sublinhado meu] para um comentário linguístico do Testamento de Afonso II de 1214*.

Neste trabalho assumirei o desafio de aduzir algumas notas sobre o que poderá ser ‘comentar um texto-fonte’, de modo a pôr em evidência, através da prática, alguns aspetos relevantes para a discussão sobre ‘o texto no tempo em que não havia gramáticas’ (Brocardo 2011) ou, dito de outro modo, sobre questões conceituais e metodológicas inerentes à exploração linguística de testemunhos escritos de fases passadas da língua para as quais não existem fontes ‘secundárias’ (sobre a distinção fontes primárias / secundárias, v. Castro 1991: 173-174). Começarei por apresentar alguns ‘elementos’ (e apenas isto mesmo) para uma caracterização da atividade de comentário de textos no âmbito dos estudos diacrónicos, com base nos já referidos trabalhos de Ivo Castro, mas cingindo-me aqui aos que tomam como objeto o *Testamento de Afonso II*

de 1214 (doravante apenas referido como *Testamento*).

1. Os comentários de Castro

No *Curso de História da Língua Portuguesa* (Castro 2001), o autor começa por explicar que adotará, para o comentário do *Testamento*, «sucessivamente, dois modelos», que em seguida caracteriza e contrasta, explicando que «O primeiro procura reconstituir a estrutura linguística sincrónica que forneceu material à construção do texto, para avaliar se ela se encaixa na evolução conhecida do sistema linguístico do português ou se obriga à revisão de alguns dos seus aspetos» enquanto o segundo «é mais tradicional, na medida em que se limita a estudar, forma a forma, as questões mais interessantes que o texto proporciona, ou seja, aquelas que contenham alguma dificuldade ou alguma novidade e cuja história particular se procura reconstituir.» Não deixa porém de notar, a propósito deste segundo ‘modelo de comentário’, que «É uma abordagem atomizada e indireta para chegar ao mesmo resultado final: **o conhecimento de como evoluiu o sistema** de uma língua», naturalmente concluindo que «As duas abordagens são complementares e necessárias.» (Castro 1991: 202-203).

Na *Introdução à História do Português* (Castro 2006), este tipo de explicação é um tanto mais sintética, mas ainda assim não deixa o autor de enfatizar de forma diversa a particular relevância da fonte que comenta, salientando que, se a afirmação «O texto do Testamento fornece indicações de interesse para **conhecermos o estado da evolução da língua** portuguesa no início do séc. XIII.» seria «verdadeira para qualquer documento, ganha especial pertinência neste caso, porque das **duas versões emanam informações díspares**. (...) as grafias do copista do manuscrito de Toledo **atestam** evoluções fonéticas **que não se encontram** nas grafias do copista do manuscrito de Lisboa e que talvez permitam, pela sua modernidade, repensar alguns aspetos da gramática histórica do português.» Castro (2006: 118, sublinhados meus)

O *comentário linguístico* assume-se assim como metodologia praticada na procura de acesso ao conhecimento, ou reconstrução, da gramática de «sincronias passadas, indiretamente acessíveis (apenas ou quase exclusivamente) pelas produções escritas remanescentes» (Brocardo 2011: 5). Nesta lógica o *texto* é necessariamente a *fonte* privilegiada desse (possível) conhecimento ou, na expressão de (Lass 1997: 44), que não resisto a mais uma vez citar, «The first-order witness[...] to the more distant linguistic past». Mas não deixaria também ainda de ‘comentar’ o que neste contexto emerge relativamente à própria conceção de *texto*. O contexto a que me refiro é o de situações de tradições textuais de testemunhos múltiplos, aspeto a que os comentários de Ivo Castro dão uma atenção muito particular, como já acima referi, incluindo toda a discussão sobre os diferentes aspetos que a colação dos dois manuscritos do *Testamento* (L e T) suscita relativamente à sua relação e circunstâncias de produção (Cas-

tro 1991: 194-197), e especificamente notando, sobre a tal conceção de *texto*, que «para um copista medieval, a separação entre a componente significativa e expressiva de **um texto** era maior do que hoje estamos dispostos a admitir» (sublinhado meu).

Entre os aspetos linguísticos comentados por Castro (entre outros, grafias / aspetos ‘fonéticos / fonológicos’, questões de etimologia e ‘evolução fonética’, aspetos flexionais, aspetos do ‘significado’ (de itens lexicais)), sempre vão assumindo relevo as variantes assinaladas entre os dois testemunhos remanescentes do *Testamento*. Assim, por exemplo, sobre as variantes de L e T das formas do possessivo feminino – *sa* em L e *sua* em T – comenta Castro (2006: 127) que «o copista T não sentiu necessidade de usar a forma átona do pronome, possível sintoma do seu declínio.»

Tomarei então o tópico ‘possessivos’ como pretexto para me permitir aqui eu própria aduzir alguns comentários, alheios sobretudo, a partir de alguns exemplos deste *mesmo texto*, mas centrando-me, de facto, nas variantes dos dois testemunhos.

2. O que proponho *comentar*: a propósito de possessivos...os artigos (definidos)

Uma das especificidades do português (europeu) contemporâneo, recorrentemente referida, tem a ver com o uso preferencial de possessivo pré-nominal precedido de artigo. Nas descrições sincrónicas (e perspetivas explicativas subjacentes) este traço da língua tem sido objeto de várias propostas, que contrastam mesmo na atribuição de diferentes estatutos categoriais aos possessivos do português. Assim, por exemplo, na *Gramática* de Mateus *et al.* os possessivos são tratados como determinantes

(Brito 2003: 346), mas na *Gramática* de Raposo *et al.* são classificados como pronomes, embora se admita que a impossibilidade de *[*teu*] *custou muito caro* (por [o *teu* *carro*] *custou muito caro*) «parece não satisfazer a condição de que um pronome é equivalente a um sintagma nominal completo.» (Raposo: 892, nota 19). Ainda assim, é usado o argumento de que «os possessivos são equivalentes a um sintagma nominal completo, tanto sintática como semanticamente». Este tipo de análise não deixa naturalmente de ter de admitir que se configura aqui alguma peculiaridade: «Os possessivos constituem, pois, o **único caso** em português em que um sintagma nominal pode modificar outro sintagma nominal mais abrangente» (Raposo: 906, sublinhado meu).

Também os estudos diacrónicos têm, naturalmente, dado atenção a esta questão, e muitos estudos e propostas, de diferentes orientações, têm procurado encontrar dados e hipóteses relevantes. Não caberia aqui obviamente uma revisão desses trabalhos, pelo que refiro apenas uma proposta relativamente recente (e na qual se encontram as referências de muitos trabalhos anteriores), Rinke (2010), e apenas para ‘comentar’ as ilações que tira de dados quantitativos.

Refere a autora na ‘Conclusão’ do seu artigo que «Enquanto o artigo definido acompanha geralmente os sintagmas nominais com pronome possessivo no português actual, o mesmo é sistematicamente omitido no português antigo.», acrescentando que haverá «A partir do século XIV (...) uma fase de variação, na qual o artigo é opcional» (Rinke 2010: 136). A autora explica que o ‘Estudo quantitativo’ foi feito a partir de «1632 frases nominais do século XIII ao século XX» (ibid: 128), e que os dados relativos aos séculos XIII a XVI foram recolhidos nos documentos notariais

publicados por Martins (2011). Para os restantes séculos abrangidos no estudo – XVII a XIX –, foram escolhidos, porém, textos de outros géneros (termo que a autora não usa, referindo apenas que se trata de «textos narrativos literários e cartas de diferentes autores»), o que desde logo colocaria reservas sobre a comparabilidade de dados das diferentes sincronias consideradas, em função das diferenças inerentes aos diferentes géneros, que inevitavelmente se refletirão também neste aspeto dos dados linguísticos veiculados.

Volto agora ao texto comentado por Ivo Castro, e cuja leitura permite facilmente constatar, como à partida se preveria, uma evidente predominância de possessivo (pré-nominal) não precedido de artigo, que se observa em muitas ocorrências de sintagmas nominais com possessivos (de primeira e terceira pessoas) com diferentes tipos de nomes. Mas a análise do texto permite também verificar que, sendo embora minoritário, já ocorre aqui (e note-se que se trata do texto régio mais antigo escrito em português) possessivo precedido de artigo:

E as outras duas partes de toda **mia meidade** segã departidas igualmente entre **meus filios** e **mias filias** que ouuer da raina dona Orraca assi como suso e dito. E mão que aqueste auer |¹⁷ **dos meus filios** que o teniã aquestes dous arcebispos (L)

Noutra passagem do texto, podemos verificar o mesmo tipo de variação ‘vertical’ (quer dizer, na sequência textual, num mesmo testemunho):

(...) E ssi a dia **de mia morte meu filio** ou **mia filia** que no |²⁴ meu logar ouuer a reinar nõ ouuer reuora mão aqueles caualeiros que os castelos teen de mi enas terras que de mi teem **os meus riquos omees** que os den a esses **meus riquos omees** que essas terras teiuerẽ. (L)

Este tipo de observação permite pois constatar que, contra generalizações do tipo das referidas por Rinke (2010), não é (já?) «sistemático» o uso do possessivo pré-nominal sem artigo (e note-se que falar aqui de «omissão» não será adequado), sendo de facto, pelo contrário, assinalável a tendência muito precoce para a ocorrência de artigo neste contexto, em português, e é a meu ver essa emergência precoce que merece ‘comentário’.

Mas a colação dos dois testemunhos mostra-nos outro dado interessante («ganha especial pertinência» Castro: *ibid*), que é o da variação ‘horizontal’, quer dizer, entre os dois testemunhos do mesmo texto, mostrando a possibilidade de variação exatamente num mesmo contexto:

E ssi a dia **de mia morte** (L, li 23) / E ssi a dia **da mia morte** (T, li 32)

Esta evidência, ainda que quantitativamente pouco expressiva, tem, qualitativamente, relevância, sobretudo no reforço da constatação de uma emergência (muito) precoce do artigo antes de possessivo¹.

Sobre o artigo definido, e de forma muito sintética, já nas fases mais antigas das línguas românicas ele mostra atenuação do valor deítico original, marcando (cada vez mais) «shared cognition between speaker(s) and addressee(s)», mas preservando alguma «identifying force», o que seria testemunhado, em textos antigos, pela sua não ocorrência com referentes «unique, abstract and generic » (Ledgeway 2011: 412). Segundo Mulder & Carlier (2011: 525), numa perspectiva geral sobre a evolução de artigos definidos, «Whereas the seman-

¹ E iria também no sentido da «modernidade» que Castro (2006: 118) atribui ao copista de T a propósito de aspetos gráficos.

tic dimension is predominant in the first stages of the grammaticalization process, it can progressively fade out, which is reflected in a spread to new contexts where the articles convey neither definiteness nor specificity.»

Neste caso portanto a expansão do uso de artigo a um novo contexto (antes de possessivo pré-nominal), com consequente aumento da sua frequência *token*, poderia ser interpretada como indício de um tendencial ‘esvaziamento’ semântico, configurando-se, numa perspectiva diacrónica, uma inovação eventualmente interpretável como indiciadora de um estado já avançado do processo (não discreto) de gramaticalização. Mas as minhas conclusões não pretendem evidentemente incidir neste aspeto (que apenas tomei como pretexto para iniciar a discussão), mas sim, claro, sobre a atividade de comentário de textos-fonte.

3. Conclusões

Sem, evidentemente, o que seria absurdo, deixar de admitir a relevância, e a necessidade, de estudos baseados em corpora quantitativamente representativos, quereria aqui antes sublinhar o que muitas vezes parece ser a necessidade (também) de ‘começar pelo texto’, ou antes ainda, quando possível, pelos seus vários testemunhos. Comentar um texto-fonte é sobretudo, descrever, claro, mas também discutir a relação de representação subjacente ente texto / língua / variedade linguística, por exemplo procurando interpretar a variação entre formas / estruturas em competição (no *mesmo* texto / testemunho, em diferentes testemunhos). ‘Olhar para o texto’² antes de ‘olhar para o corpus’ permite

² Com este ‘olhar’ simplifico aqui a consideração de muitos aspetos (e as suas inter-relações) sobre questões de género, contexto de produção, relação entre testemunhos (versões, cópias...), critérios de edição, etc.

às vezes afinar (preventivamente, por assim dizer) análises de base estrita ou predominantemente quantitativa, por isso o «tradicional» comentário linguístico de textos-fonte (mesmo na sua modalidade «atomizada», cf Castro: *ibid*) constitui-se (ainda), a meu ver, como atividade metodologicamente relevante, produtiva, e, sobretudo, inspiradora para o estudo da mudança linguística.

Referências

Brocardo, M. T. (2011) O *texto* no tempo em que não havia *gramáticas*. In C. N. Correia (org.) *Cadernos WGT - Formas & Construções*. Lisboa: FCSH-CLUNL, pp. 5-10

Castro, I. (1991) *Curso de História da Língua Portuguesa*, (com a colaboração de R. Marquilhas e J. L. Acosta) Lisboa: Universidade Aberta

Castro, I. (2006) (2ª ed. rev. e aum.) *Introdução à História do Português*. Lisboa: Colibri

Ledgeway, A. (2011) Syntactic and morphosyntactic typology and change. In M. Maiden, J. C. Smith & A. Ledgeway (eds.) *The Cambridge History of the Romance Languages*. Cambridge: CUP, pp. 382-470

Martins, A. M. (1985) *Elementos para um comentário linguístico do Testamento de D. Afonso II (1214)*. Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras (trabalho de síntese apr. a Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica)

Mulder, W. & A. Carlier (2011) The grammaticalization of definite articles. In H. Narrog & B. Heine (eds.) *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. Oxford: OUP, pp. 522-534

Rinke, E. (2010) A combinação de artigo definido e pronome possessivo na história do português. *Estudos de Linguística Galega* 2, pp. 121-139